

ATA DO XXV SEMINÁRIO DE ALOCAÇÃO NEGOCIADAS DAS ÁGUAS DOS VALES DO JAGUARIBE E BANABUIÚ PARA O ANO DE 2018.2

Aos 28 (vinte e oito) dias de junho de 2018 (dois mil e dezoito), das 9:00 h às 16:30 h, estiveram reunidos os integrantes dos Comitês das Sub-Bacias do Baixo, Médio e Alto Jaguaribe, Banabuiú, Salgado e Comitê das Bacias Metropolitanas; representantes de instituições da Sociedade Civil, dos Usuários, do Poder Público Municipal, Estadual e Federal de vários municípios dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, representantes da COGERH, SRH, DNOCS, dentre outras instituições. A reunião foi realizada no auditório da FAFIDAM – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, localizado na Av. Dom Aureliano Matos, 2058, Centro de Limoeiro do Norte-CE, e teve a seguinte programação: 1. Abertura/informes; 2. Avaliação da quadra chuvosa de 2018 e Apresentação das tendências para 2019 no Ceará; 3. Apresentação do resultado da operação emergencial 2018.1 dos reservatórios do sistema de perenização dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú; 4. Apresentação da situação da oferta e demanda para o 2º semestre de 2018 nos Vales Jaguaribe e Banabuiú; 5. Intervalo para almoço; 6. Plenária para discussão, elaboração e aprovação de proposta de operação para o 2º semestre de 2018 para os reservatórios do sistema de perenização dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú; 7. Encaminhamentos; 8. Encerramento. Iniciando o Seminário, o Sr. Leandro Nogueira, Coordenador do Núcleo de Gestão da gerência regional da Cogerh Limoeiro do Norte, saudou a todos(as) presentes, registrou a presença das equipes das gerências regionais da Cogerh de Limoeiro do Norte, Iguatu, Crato, Quixeramobim e Fortaleza. Em seguida fez a leitura da programação do seminário e o acordo de convivência. Prosseguindo convidou para compor a mesa de abertura os representantes dos comitês de bacias hidrográficas presentes: Aridiano Belk (CSBH Baixo Jaguaribe), Daniel Linhares (CSBH Médio Jaguaribe), Lúcio Galvão (CSBH Alto Jaguaribe), Hilmar Sérgio (CBH Banabuiú), Francisco Fernandes (CBH Salgado), Francisco Nildo (CBH Metropolitanas) e Geneziano Martins (coordenador do Fórum Cearense de Comitês de Bacias Hidrográficas), além dos senhores Carlos Campelo, representante da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, João Lúcio Farias, presidente da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH, José Joaci, representando o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS e Ederson Castro, representando a prefeitura municipal de Limoeiro do Norte. Facultada a fala à mesa, o Sr. Aridiano Presidente do Baixo Jaguaribe deu boas vindas a todos(as), e desejando que essa fosse uma reunião ordeira, pois diante do volume armazenado nos reservatórios, devemos priorizar o abastecimento humano e encontrar a melhor alternativa possível para atender os demais usos. O Sr. Hilmar Presidente do CBH Banabuiú, falou da importância das discussões envolvendo o Grupo de Trabalho – GT dos comitês do Jaguaribe para construção dessa metodologia de alocação, que estabelece um diálogo equilibrado entre comitês e Governo, e espera que ao final do dia, consigamos encontrar a melhor alternativa possível. O Sr. Daniel Presidente do Médio Jaguaribe, ressaltou a importância dos comitês na construção da gestão participativa das águas, que fez do Ceará referência nacional. O Sr. Lúcio e Sr. Francisco, falaram da importância de se buscar consenso para a construção da melhor alternativa possível diante da pouca disponibilidade hídrica. O Sr. Nildo Presidente do CBH Metropolitano, agradeceu por ter sido convidado a participar da condução da alocação e disse que a RMF é receptora das águas do Jaguaribe, assim como o Ceará em breve receberá as águas do São Francisco, dessa forma é preciso que tenhamos uma discussão equilibrada e justa. O Sr. Ederson Castro Secretário de Desenvolvimento Agrário de Limoeiro do Norte, disse que 19% do emprego formal do seu município é gerado pela agropecuária, que é o propulsor da economia do município, assim sendo é preciso bom senso nas discussões e entender o contexto social da região do Vale. O Sr. Joaci, disse que precisamos tirar lições desses seis anos de seca, considerando que as perspectivas para o próximo ano são preocupantes, portanto, é preciso melhorar a eficiência dos sistemas de irrigação, reduzir o desperdício no consumo de água, e

51 aprofundar os estudos sobre as águas subterrâneas de aluvião na nossa região. Finalizando
52 questionou qual a alternativa para os perímetros públicos de irrigação, que estão em uma difícil
53 situação com o agravamento da crise hídrica. O Sr. Carlos Campelo, destacou o esforço do
54 Estado para transpor o período de 06 anos de secas, que apesar de todas as dificuldades, tem se
55 saído bem, graças a integração com os comitês de bacias, que discutem e propõem de forma
56 democrática e inteligente alternativa para as dificuldades enfrentadas. E que espera que ao final
57 da reunião possamos tomar a melhor decisão. O Sr. João Lúcio, ressaltou que este ano estamos
58 completando 25 anos de discussões democráticas e transparentes sobre o uso das águas do
59 Jaguaribe, e que o sistema participativo de gestão de recursos hídricos do Ceará tem sido
60 decisivo para após seis anos de seca continuarmos discutindo o uso da água, apesar das
61 dificuldades, pois não temos água para todos os usos. Destacou que tivemos alguns avanços,
62 pois este ano foram realizadas discussões técnicas com representações dos comitês para
63 construção dos cenários, além da eleição de um representante dos colegiados para compor o
64 Conselho de Administração da Cogerh, que é Secretaria Executiva de todos os comitês de bacias,
65 o que é um avanço pois os comitês agora ocupam espaço no CONERH – Conselho Estadual de
66 Recursos Hídricos e no Conselho administrativo da Cogerh. Informou ainda que a Cogerh está
67 realizando um processo licitatório para o estudo da capacidade do aluvião do Jaguaribe
68 (Castanhão a Itaiçaba), finalizando desejou uma boa reunião e que possamos construir o melhor
69 acordo para todos. Dando prosseguimento a reunião, o Sr. Leandro informou que registra-se um
70 quórum 82 membros de comitês presentes. Em seguida convidou a Sra. Meyre Sakamoto,
71 representando a FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos do
72 Ceará para apresentação sobre a Avaliação da quadra chuvosa de 2018 e tendências para 2019 no
73 Ceará. A mesma iniciou apresentando um comparativo entre a seca atual e o histórico de secas
74 no Ceará, destacou que a quadra chuvosa de 2018 foi dentro da média. Porém o período de 2012-
75 2017, foi um período de 6 anos, que em comparação com iguais períodos de seca é o pior de toda
76 a história registrada, com uma média de 559,1 mm/ano. Mostrou que as precipitações da quadra
77 chuvosa (fevereiro a maio) do Ceará em 2018 ficou em 581,4 mm, o que significa que as chuvas
78 no Estado ficaram na categoria em torno da média (intervalo de 505,6 a 695,8 mm). Detalhando
79 mês a mês as precipitações observadas e o desvio percentual em relação a média: fevereiro =
80 187,9 mm (+58,4%); março = 120,8 mm (-40,6%); abril = 211,0 mm (+12,2%) e maio = 59,8
81 mm (-34,0%). Em seguida apresentou um histórico de precipitações por bacia hidrográfica,
82 desde o ano de 2008, destacando que nas bacias que compõem o Sistema Jaguaribe/RMF, desde
83 2012 observa-se precipitações abaixo da média, com exceção do Salgado, Baixo Jaguaribe,
84 Metropolitana, que nos anos de 2017 e 2018 ficaram em torno da média, o que repercute na
85 baixa acumulação dos reservatórios nestas bacias. Destacou que apesar das chuvas observadas
86 em 2018, o aporte nos açudes não foi suficiente para tirar a maioria dos reservatórios de uma
87 situação preocupante. Passou a apresentar as tendências para a quadra chuvosa de 2019,
88 destacando a Anomalia da Temperatura do Oceano Pacífico, em que os modelos apontam maior
89 probabilidade de ocorrer o fenômeno El Nino a partir do trimestre Julho/Agosto/Setembro de
90 2018, e essa tendência segue aumentando até o trimestre janeiro/fevereiro/março de 2019, em
91 que a probabilidade de El Nino é superior a 60% e que esta tendência traz muita preocupação
92 com a quadra chuvosa do próximo ano, pois em anos de ocorrência de El Nino, normalmente se
93 observa precipitações abaixo da média no Estado. Finalizada a apresentação foi aberto espaço
94 para discussão. O Sr. Aridiano informou que para as perguntas seriam formados blocos com
95 representantes dos seis comitês de bacias e uma da plenária. O Sr. Carlos Félix (CSBH Baixo),
96 que disse que a FUNCEME sempre joga um balde de água fria nas perspectivas dos comitês, e
97 perguntou se diante dessa preocupação com um possível El Nino em 2019, quais as ações do
98 Governo para enfrentar mais este período de secas, frente as reivindicações dos comitês, e
99 perguntou se a Funceme já fez este alerta ao Governo. O Sr. Francisco Fernandes (CBH
100 Salgado), falou que na região do Cariri, os açudes tiveram baixa recarga, estando a maioria com

101 8 a 10% de sua capacidade, e que o rio Salgado é responsável pela maior parte da recarga do
102 açude Castanhão, porém é necessário que seja dada atenção e trabalhado a recuperação das matas
103 ciliares e do saneamento básico de diversas cidades que jogam o esgoto no rio, que escoam para
104 o Castanhão, finalizando disse que é necessário uma maior transferência para o açude Lima
105 Campos, pois o município de Icó corre o risco de ficar sem água. O Sr. Wilde (CSBH Baixo),
106 perguntou o que está sendo feito para redução do consumo na RMF e dos grandes consumidores
107 do Jaguaribe, por fim disse que a região a jusante de Sucurujuba teve seu ecossistema devastado,
108 pois desde o ano passado está sem água. O Sr. Daniel (CSBH Médio) disse que diante desse
109 quadro, o Governo deve elaborar um plano emergencial para atender as necessidades das pessoas
110 atingidas na região. O Sr. Patrício (CBH Banabuiú) perguntou se há um comparativo com anos
111 anteriores, em que era previsto esse cenário de El Nino e se ele se confirmou no ano seguinte. A
112 Sra. Cláudia Bezerra (CBH RMF), disse que a RMF não é só Fortaleza, são quase 60 municípios
113 que a compõem, ressaltou que existem diversas empresas e condomínios que já adotam ações de
114 reúso, e que é importante entendermos que a água não tem divisores, nem dono. O Sr. Cláudio
115 Neto (CSBH Baixo) pede informações sobre a influência do choque da circulação termo salina
116 para as chuvas no Ceará. O Sr. Karlos Welby (CSBH Baixo) pediu maiores detalhamentos sobre
117 o gráfico com probabilidade de El Nino, que tem linhas e colunas, o que significam? A Sra.
118 Meyre respondeu que essa apresentação já foi realizada em diversas reuniões com o Governo,
119 inclusive no CONERH e no Comitê das Secas. Em relação as ações que estão sendo adotadas,
120 ela considera que existem outros órgão e secretarias que podem dar maiores informações. Já em
121 relação às tendências de ocorrência de El Nino, ressaltou novamente que está é uma preocupação
122 e que o quadro pode mudar, porém é preciso acompanhar. Disse ainda que não é possível ter um
123 prognóstico, apenas comparando com tendências de anos anteriores, pois a natureza não repete
124 simplesmente a tendência, o estudo é feito com base em probabilidades que podem ou não se
125 confirmar, por fim destacou que as colunas representam a probabilidade de ocorrer o fenômeno e
126 as linhas a probabilidade de climatologia, em relação a anos anteriores. Dando continuidade a
127 reunião, o Sr. Aridiano informou que a Cogerh realizará a apresentação dos resultados da
128 operação 2018.1, as propostas de cenários, premissas e as ações de fiscalização para operação
129 2018.2 dos açudes Castanhão, Orós e Banabuiú, em seguida haverá espaço para perguntas. Após
130 este momento ocorrerá um intervalo para o almoço, e após o almoço, a plenária retornará para
131 apresentação e discussão de propostas e votação de cenários pelos membros dos comitês. Em
132 seguida convidou o **Sr. Bruno Rebouças**, Diretor de Operações da Cogerh para apresentar os
133 dados do **açude Castanhão**. O mesmo iniciou sua apresentação com a distribuição da oferta do
134 açude Castanhão por setor usuário, mostrando que em 2014.2 a vazão operada foi de 28,7 m³/s,
135 sendo 8,6 m³/s via Eixão e 20,1 m³/s para o rio, neste período a vazão do Distar foi 3,7 m³/s, da
136 Fapija foi 2,7 m³/s e do Mandacarú 0,23 m³/s. Neste período ocorreu transferência de 9,1 m³/s
137 para a RMF, que consumia 12,2 m³/s, distribuído entre consumo urbano com 10,8 m³/s e
138 Industrial com 1,4 m³/s. Em função do agravamento da crise hídrica esse volume veio sendo
139 reduzido ano após ano, e em 2017.2, a vazão operada no açude Castanhão foi de 7,02 m³/s, sendo
140 2,54 m³/s via Eixão das Águas e 4,48 m³/s para o rio, em que a vazão do Distar foi de 0,90 m³/s,
141 da Fapija de 1,08 m³/s e do Mandacarú de 0,12 m³/s. Com a transferência de 0,75 m³/s para a
142 RMF, que reduziu seu consumo para 9,5 m³/s, sendo 8,3 m³/s para abastecimento urbano e 1,2
143 m³/s para indústria. Em seguida apresentou a vazões operadas no primeiro semestre de 2018,
144 Fevereiro: Eixão = 1,50 m³/s; Rio = 1,60 m³/s; Total = 3,10 m³/s; Fapija: 0,568 m³/s; Distar:
145 0,470 m³/s; Mandacaru: 0,042 m³/s; Transferência RMF: 0; Março: Eixão = 1,81 m³/s; Rio =
146 1,53 m³/s; Total = 3,34 m³/s; Fapija: 0,798 m³/s; Distar: 0,671 m³/s; Mandacaru: 0,023 m³/s;
147 RMF = 0; Abril: Eixão = 2,12 m³/s; Rio = 0,59 m³/s; Total = 2,71 m³/s; Fapija: 0,362 m³/s; Distar:
148 0,248 m³/s; Mandacaru: 0,005 m³/s; RMF = 0,80 m³/s; Maio: Eixão = 6,96 m³/s; Rio = 0,67
149 m³/s; Total = 7,63 m³/s; Fapija: 0,731 m³/s; Distar: 0,522 m³/s; Mandacaru: 0,020 m³/s; RMF:
150 5,07 m³/s; Junho (até dia 27): Eixão = 8,28 m³/s; Rio = 3,25 m³/s; Total = 11,53 m³/s; Fapija:

151 0,724 m³/s; Distar: 0,83 m³/s; Mandacaru: medidor de vazão em manutenção; RMF: 6,5 m³/s.
152 Apresentou ainda que em 2018, a EB Banabuiú no período de 10/abril a 03/junho, bombeou
153 21,65 milhões de m³; a EB Itaíçaba no período de 14/abril a 24/maio, bombeou 13,31 milhões de
154 m³; e a EB Castanhão no período de 01/Abril a 27/Junho, bombeou 31,0 milhões de m³,
155 totalizando 65,96 milhões de m³ transferidos para o Sistema RMF, sendo a maior parte de águas
156 não controladas dos açudes Castanhão e Banabuiú que iriam para o mar. Em seguida mostrou um
157 gráfico com os volumes Armazenados nos Reservatórios do Sistema Jaguaribe/RMF entre os
158 anos 2014 e 2018, destacou que no período temos uma diferença de -2,995 bilhões de m³ no
159 somatório dos açudes Castanhão, Orós, Banabuiú e RMF (Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião), já
160 no comparativo 2018/2017, temos um saldo de 203,62 milhões de m³, sendo que o Castanhão
161 com 0185 hm³ a mais, o Orós com -16 hm³ a menos, o Banabuiú com 99 hm³ a mais e a RMF
162 com -64 hm³ a menos, em comparação ao mesmo período do ano passado. Em seguida passou a
163 palavra para o **Sr. Hermilson Barros**, coordenador do núcleo técnico da Cogerh Limoeiro do
164 Norte para apresentar dados do **açude Castanhão e o cadastro de usuário e comunidades ao**
165 **longo do rio Jaguaribe**, no trecho perenizado pelo Castanhão. O Sr. Hermilson iniciou
166 demonstrando que em 27/06/2018 o açude Castanhão encontrava-se na cota 76,75 m, com um
167 volume de 539,53 milhões de m³, falou ainda sobre os limites de operação do açude Castanhão:
168 Volume de alerta da EB Castanhão: Cota 71 m, com volume de 301 hm³, essa cota foi atingida
169 em 29/08/2017; Troca de rotores e inversores: Cota 68 m, com volume de 206 milhões de m³,
170 essa cota foi atingida em 03/12/2017; Já na cota 65 m com o volume de 117 milhões de m³, a EB
171 Castanhão cessa a operação, e chamou atenção que em fevereiro deste ano o açude chegou na
172 cota 65,75. Destacou ainda que na cota 61 m com o volume de 83 milhões de m³, é atingida a
173 geratriz superior da tomada d'água para o rio e na cota 57 m com o volume de 60 milhões de m³,
174 é atingida a geratriz inferior. Em seguida ressaltou que o cadastro de usuários foi realizado pela
175 gerência regional de Limoeiro do Norte, nos anos 2014/2015 e que o mesmo era declaratório, já
176 o cadastro dos abastecimentos humanos foi atualizado em junho/2018. Em que se realizou a
177 estratificação por trecho e área; No trecho Castanhão Pedrinhas, foram identificados 157
178 usuários com sistema de irrigação superficial totalizando 748,25 ha. Dos quais 113 irrigantes
179 com 145,75 ha tinha área de até 2 ha, 8 irrigantes com área de 2 a 3 ha, totalizando 32,00 ha e 36
180 irrigantes com área acima de 3 ha, totalizando 570,50 ha. Foi identificado ainda 123 usuários
181 com sistemas eficientes, totalizando 4.765,55 ha, devididos da seguinte forma: área até 2,0 ha –
182 80 captações com 124,55 ha; áreas de 2 a 3 ha: 9 captações com 20,0 ha; e áreas acima de 3 ha:
183 34 usuários totalizando 4.623,0 ha, incluído a FAPIJA. Neste trecho foi identificado ainda 52
184 captações para abastecimento humano, com vazão estimada de 339 L/s, e perda estimada de 1,0
185 m³/s no trecho. Já no trecho Pedrinhas/Sucurujuba foram cadastrados 11 usuários com sistema de
186 superfície e uma área 133,25 ha, ao passo que foram identificados 47 usuários com 206,10 ha de
187 irrigação com sistemas eficientes, identificou-se ainda 6 captações para abastecimento humano
188 com vazão estimada de 134 L/s e perdas estimadas de 375 L/s no trecho. No trecho
189 Sucurujuba/Itaíçaba foram identificados 46 usuários, com 1.621,55 ha de irrigação por superfície
190 e 132 irrigantes com sistemas eficientes que totalizam 4.851,60 ha, além de 40 captações para
191 abastecimento humano, com vazão estimada de 275,2 L/s, e 930 L/s de perdas. Em todos os
192 trechos foram cadastrados 470 irrigantes com área total de 10.706,75 ha. Além de 98 captações
193 para abastecimento de sedes de municípios e 104 comunidades (56 até Sucurujuba e 48 após
194 Sucurujuba), estimando-se uma vazão de 748 L/s para consumo humano e 2,305 m³/s de perdas.
195 Em seguida, o Sr. **Bruno Rebouças apresentou as Demandas do Eixão** das Águas com RMF,
196 destacando os consumos da AMR Morada Nova/Ibicuitinga: 140 L/s; Comunidades difusas: 150
197 L/s; Evaporação Média Canal e Curral Velho: 220 L/s; Perdas médias nos trechos III e IV: 150
198 L/s; Liberação para o Canal do Trabalhador: 200 L/s. Detalhou também as demandas da RMF –
199 Atendidas pelos Açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião com Complemento do Castanhão,
200 destacando: CACECE (Cascavel: 62 L/s; Horizonte/Pacajus: 200 L/s; Itaítinga: 32 L/s; ETA

201 Gavião: 7,34 m³/s; ETA Oeste: 0,7 m³/s; São Gonçalo: 55 L/s); INDÚSTRIAS (DI Pacajus: 92
202 L/s; Pacoti: 32 L/s; CIPP: 1,08 m³/s). Apresentou ainda que a evaporação média simulada para
203 estes reservatórios que é estimada em 2,21 m³/s. Continuando apresentou a **PROPOSTA DE**
204 **PREMISSAS PARA O AÇUDE CASTANHÃO** a serem discutidas pelos comitês: 1.
205 Conforme já se vem praticando desde 2015 – não serão permitidos novos usuários, conforme
206 cadastro 2014/2015; 2. Garantir água no mínimo até Sucurujuba, condicionada às ações do
207 Estado para o abastecimento das comunidades abaixo (Sedes, distritos e comunidades
208 adensadas). 3. Não sofrerão restrições: a) Abastecimento humano e dessedentação animal no
209 trecho a ser perenizado. Desta forma a comporta de Pedrinhas deverá ser operada de modo a
210 assegurar a vazão que for estabelecida por esta alocação para atender aos usos prioritários; b)
211 Irrigantes com áreas de até 3 hectares (Culturas permanentes ou temporárias) com métodos de
212 irrigação eficientes. EXCETO métodos de irrigação por inundação de qualquer natureza; c) No
213 trecho perenizado captações em poços aluvionares acima de 1000 metros de distância da barreira
214 do rio Jaguaribe, desde que não comprometa qualquer captação existente para abastecimento
215 humano; d) No trecho NÃO perenizado captações em poços aluvionares acima de 500 metros de
216 distância da barreira do rio Jaguaribe, desde que não comprometa qualquer captação existente
217 para abastecimento humano. NÃO SERÃO PERMITIDOS nos trechos perenizados e não
218 perenizado, captação direta no rio e ainda em poços perfurados até 500 m de distância da barreira
219 do rio Jaguaribe: 1. Métodos de irrigação por superfície (inundação, faixas, sulcos) independente
220 de cultura e área; 2. Atividades de aquicultura; 3. Rizicultura; 4. Irrigação de áreas acima de 3
221 hectares, independente do sistema de irrigação, exceto culturas perenes que sofrerão restrição de
222 50%. NOTAS: No trecho perenizado aquicultura e rizicultura, com captações EM POÇOS
223 ALUVIONARES de 501 a 1000 metros da barreira do rio Jaguaribe SÓ SERÁ PERMITIDO
224 UM CICLO da área atual que esteja em operação verificada pela equipe de fiscalização da
225 COGERH/SRH. Continuando falou que nas simulações foi considerado um dos piores aportes do
226 período de seca, que foi o ano de 2016, em que o Castanhão teve aporte de 75,6 hm³ e a RMF de
227 62,3 hm³. Apresentou então o Cenário de macrovazões aprovado pelo Conselho Estadual de
228 Recursos Hídricos – CONERH, que estabeleceu a vazão máxima para o Castanhão de 11,7 m³/s,
229 em 2018, com a transferência mínima de 5,0 m³/s para RMF. Deste modo foi proposto a vazão
230 de 7,2 m³/s para o Eixão das Águas e 4,5 m³/s para perenização do rio Jaguaribe, o que perfaz
231 uma vazão de 5,0 m³/s para RMF e de 6,7 m³/s para o Vale do Jaguaribe, contemplado pelo
232 perenização e pelo Eixão das Águas. Destacou ainda que a distribuição destes 6,7 m³/s para o
233 vale de vera ser discutida pelos CBH's. A simulação aponta que o Castanhão que em 27/06/2018
234 estava na cota 76,75 m, com 539,53 milhões de m³, chegará em 01/02/2019 na cota 69,31 com
235 246,59 milhões de m³, com um rebaixamento de 7,44 m, tendo uma evaporação de 71,08 milhões
236 de m³ e consumo de 221,66 milhões de m³. Apresentou ainda os Limites Operacionais dos
237 Açudes RMF: O Pacoti na cota 36 m cessa o fluxo gravitário para o Canal, então necessário
238 acionar a EB Pacoti auxiliar; Túnel Riachão/Gavião com limite gravitário na cota 35 m, e o
239 Pacajús na cota 30,5 m sendo necessário acionar a EB Pacajús auxiliar que reduz de 5,0 para 1,5
240 m³/s a transferência para o Pacoti via Canal Erere. Finalizando apresentou a simulação para os
241 açudes da RMF, que mesmo recebendo o complemento de 5,0 m³/s, deverão chegar em
242 fevereiro/2019 com um volume de 98,98 milhões de m³, o que dá garantia de abastecimento da
243 RMF por apenas 03 meses. Finalizada a apresentação, o Sr. Aridiano convidou o Sr. **Anatarino**
244 **Torres**, gerente regional da Cogerh Iguatu para apresentar os **dados do açude Orós**. O mesmo
245 iniciou mostrando que o açude Orós em 27/06/2018 encontrava-se na cota 182,89 m, com um
246 volume de 178,38 milhões de m³, que representa 9,19% de sua capacidade. Mostrou ainda
247 limites de cotas operacionais: Túnel Orós/Lima Campos (190,97 m); EB Orós/Lima Campos
248 (180 m); Turbobombas Feiticeiro (185 m). Em seguida apresentou a vazão operada do açude
249 Orós no período de 01/02/2018 a 27/06/2018, que totalizou 1.337 L/s, distribuído da seguinte
250 forma: Rio: 827 L/s; Montante: 65 L/s; Lima Campos: 400 L/s; Feiticeiro: 45 L/s. Continuando

apresentou os dados do Cadastro de usuários do rio Jaguaribe no trecho perenizado pelo açude Orós, destacando que no trecho Orós a captação de Jaguaribe foram identificados 73 usuários com métodos superficiais de irrigação, que totalizam uma área de 396,10 ha, e 452 usuários com métodos eficientes, totalizando 1.395,05 ha, além de 14 captações para abastecimento humano, com vazão estimada de 81 L/s, e perdas estimadas de 1 m³/s no trecho. Já no trecho Jaguaribe à captação de Jaguaretama, foram cadastrados 29 usuários com métodos superficiais de irrigação, com uma área de 79,26 ha, e 35 usuários com métodos eficientes, totalizando 121,34 ha, além de 02 captações para abastecimento humano, com vazão estimada de 17 L/s, e perdas estimadas de 0,20 m³/s no trecho. Desta forma ao longo de 96 km de rio perenizado foram cadastrados 102 usuários com métodos superficiais de irrigação, com uma área de 475,39 ha, e 35 usuários com métodos eficientes, com área de 1.516,39 ha, totalizando 589 irrigantes com área de 1.991,78 ha, além de 16 captações para abastecimento humano, que tem vazão estimada em 98 L/s, e perdas estimadas de 1,2 m³/s no trecho. Continuando apresentou propostas de **PREMISSAS** para o trecho perenizado pelo **AÇUDE ORÓS**, a serem discutidas com os comitês: 1. NÃO serão permitidos novos usuários, conforme cadastro. 2. Garantir água até a captação de Jaguaretama. 3. **NÃO SOFRERÃO RESTRIÇÕES:** a) Abastecimento humano e dessedentação animal no trecho a ser perenizado; b) Irrigantes com áreas de até 2 hectares (Culturas permanentes e/ou temporárias) com métodos de irrigação eficientes. EXCETO métodos de irrigação por inundação de qualquer natureza; c) No trecho perenizado captações em poços aluvionares acima de 300 metros de distância da barreira do rio Jaguaribe, desde que não comprometa qualquer captação existente para abastecimento humano. **NÃO SERÃO PERMITIDAS** captação direta no rio e ainda em poços aluvionares perfurados até 300 m de distância da barreira do rio Jaguaribe: 1. Métodos de irrigação por superfície (inundação, faixas, sulcos) independente de cultura e área; 2. Atividades de aquicultura; 3. Rizicultura; 4. Irrigação de áreas acima de 2 hectares, independente do sistema de irrigação; 5. Captação para acumulação em barreiros e/ou tanques. Continuando apresentou a simulação de esvaziamento do açude Orós com um cenário de liberação de no máximo 2,5 m³/s, com esse cenário o açude em 01/02/2019 atingirá a cota 179,18 m com um volume de 96,64 milhões de m³, o representa um rebaixamento de 3,71 m, sendo que neste período ocorrerá a evaporação de 34,42 milhões de m³ e o consumo de 47,30 milhões de m³. Finalizando sugeriu que para garantir o abastecimento humano da cidade de Jaguaretama, diante das premissas apresentadas, a distribuição da vazão de 2,5 m³/s do açude Orós, seja: Rio: 2,0 m³/s; Montante: 0,065 m³/s; Feiticeiro: 0,135 m³/s; Lima Campos: 0,30 m³/s. Em seguida, o Sr. **Luís César Pimentel**, coordenador do núcleo técnico da gerência regional da Cogerh Quixeramobim, foi convidado para apresentar os **dados do açude Banabuiú**. O mesmo iniciou mostrando que em 27/06/2018 o açude Banabuiú encontrava-se na cota 112,42 m com um volume de 110,38 milhões de m³, o que representa uma diferença de 30,08 m em relação a cota de sangria do açude (142,50 m) e de 18,3 m em relação a cota do volume morto (94,12 m). Continuando apresentou que foi realizado o cadastro de usuários ao longo do rio Banabuiú no trecho de 40,2 km até a barra do Sitiá, e neste trecho foram identificados 107 usuários com área total 192,00 ha, dois quais 10 usuários com área 10,50 ha que eram irrigados com métodos superficiais e 97 irrigantes com sistemas eficientes, com uma área de 191,50 ha. Foram identificadas também 15 captações para abastecimento humano, que têm vazão estimada de 6 L/s e perdas estimadas de 300 L/s no trecho. Finalizando apresentou dois cenários para alocação, recomendando que o açude Banabuiú seja utilizado exclusivamente para o abastecimento humano. O Cenário 1 previa a vazão total de 50 L/s, sendo 25 L/s captados pelo SAAE Banabuiú; 10 L/s para outros usos de montante; e 15 L/s de vazão ecológica, devido a vazamento na válvula do açude. Já o Cenário 2 previa a vazão média total de 290 L/s, sendo 25 L/s captados pelo SAAE Banabuiú; 10 L/s para outros usos de montante; 5 L/s SAAE Laranjeiras e 250 L/s para perenização do rio até a Barra do Sitiá, para abastecimento humano das comunidades cadastradas. Destacou que essa liberação se daria através de 6 ondas para recarregar os poços

301 onde as comunidades captam água, e que cada onda seria de 1,0 m³/s por 10 dias, com intervalos
302 de 30 dias. Em seguida o Sr. **Alves Neto**, coordenador de Fiscalização da Cogerh foi convidado a
303 apresentar as **ações de fiscalização programadas** para o segundo semestre do ano. O mesmo
304 iniciou falando que a fiscalização é uma ação conjunta da SRH, COGERH e BPMA (Batalhão de
305 Polícia Ambiental), e que estão programadas 16 campanhas semanais de julho a dezembro,
306 detalhando as ações por trecho: 1. Trecho Jusante Aç. Orós até Montante Aç. Castanhão (Icó,
307 Jaguaribe, Jaguaretama); 2. Trecho Jusante Aç. Castanhão até Barragem Sucurujuba
308 (Jaguaribara, Alto Santo, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte,
309 Quixerê, Russas, Morada Nova); 3. Trecho Jusante Sucurujuba até barragem Itaíçaba (Russas,
310 Jaguaruana e Itaíçaba); 4. Eixão das Águas; 5. Trecho Jusante Banabuiú até Barra do Sitiá
311 (Banabuiú). Informou ainda que em apoio as ações de fiscalização está prevista a contratação de
312 empresa especializada em levantamentos aerofotogramétricos e atuação conjunta com a
313 Fiscalização em vôos programados e ações demandadas. Finalizada as apresentações, foi aberto
314 espaço para discussão. O Sr. Leonel Maia (CBH Banabuiú) defendeu que a liberação do açude
315 Banabuiú se estenda até a comunidade de Juazeiro e não fique restrita somente até a Barra do
316 Sitiá, pois existem diversas comunidades e o PROMOVALE que seriam beneficiadas. O Sr. José
317 Cláudio (CBH Banabuiú) falou que é necessário que o Governo adote políticas públicas que
318 financiem a substituição dos sistemas de irrigação por sistemas mais eficientes, afirmou ainda
319 que é necessário um programa de compensação para as bacias doadoras, que poderia ser
320 incentivado pelas indústrias da RMF, porém elas alegam que já pagam uma tarifa muito elevada.
321 O Sr. João Lúcio respondeu que está sendo finalizado um estudo de tarifas que prevê a política
322 de compensação e que em breve ocorrerá essa discussão com os colegiados. Destacou que hoje
323 as indústrias pagam uma tarifa de encargo emergencial, que está sendo usada para subsidiar a
324 construção de diversos sistemas de abastecimentos para algumas sedes, distritos e comunidades
325 de cidades do Vale do Jaguaribe. O Sr. Deuzimar (SAAE Icó) disse que o Governo não cumpriu
326 o acordado no ano passado de ampliar de 400 para 800 L/s a transferência do Orós para o Lima
327 Campos. Pergunta o que está sendo pensado para o Icó, se hoje a proposta é de redução para 300
328 L/s. O Sr. José Alves (Distrito de Feiticeiro – Jaguaribe) disse que desde 2014 o açude Feiticeiro
329 (Joaquim Távora) não recebe água da Transposição Orós/Feiticeiro, e hoje está com uma água
330 que não serve nem para tomar banho, solicita que o Joaquim Távora volte a receber água do
331 Orós. O Sr. Francisco Canidé (Perímetro Lima Campos), disse que seu perímetro não tem direito
332 a irrigar nada, ao passo que quem está no rio, ainda pode irrigar dois hectares, e que hoje o Lima
333 Campos precisa de 800 L/s, para atender todos os usos. Disse que no ano passado a Cogerh
334 chegou a instalar o 2º bombeamento para o Lima Campos, mais não funcionou, por isso ele tem
335 um saldo, assim como no ano passado a Cogerh não fechou a válvula do Orós após janeiro,
336 alegando que ainda tinha saldo a ser utilizado. E ainda que dos 400 L/s bombeados só chega 70
337 L/s no açude Lima Campos, pois existe muito consumo no trecho, portanto a Cogerh tem que
338 colocar fiscalização. O Sr. Alisson (Secretário de Agricultura de Jaguaribe), disse que é preciso
339 que seja apresentado o consumo da indústria, que não teve nenhuma restrição, e que acredita que
340 a água transferida para a RMF não é só consumo humano. Falou ainda que a água do Orós só
341 chega ao açude Pedra Branca, onde fica a adutora para o Distrito de Nova Floresta, mais o
342 Feiticeiro também precisa receber água, pois a água de lá está imprestável para consumo
343 humano, devido o elevado teor de sais. O Sr. Paulo Landim (CSBH Alto), disse que o Orós
344 precisa ser visto além da válvula, pois existem diversas comunidades e piscicultura na sua bacia
345 hidráulica, afirmou também que com a vazão de 300 L/s a água do Lima Campos ficará
346 imprestável para consumo humano. O Sr. Alexandre Fabrício (ADICOL) disse que Perímetro
347 Lima Campos está em decadência, e que com essa vazão de 300 L/s não terá água sequer para os
348 animais, defendeu a vazão de 800 L/s para garantir os diversos usos e o abastecimento de 60 mil
349 habitantes de Icó. O Sr. Reinaldo Rogério (Carcinicultor São João Jaguaribe), criticou a
350 sistemática da apresentação que traz um volume muito grande de informações, criticou também

351 que não foi mostrado o detalhamento do consumo na RMF, afirmou que transferência não será
352 só para consumo humano, alegando que enquanto o Governo diz que está tudo bem, o Vale do
353 Jaguaribe é penalizado, portanto que o mesmo tratamento dado às indústrias, finalizando disse
354 que não aceitará compensação com escolas, como foi o caso do Perímetro Irrigado de Morada
355 Nova. O Sr. Aridiano, respondeu que a sistemática das apresentações foi definida pelo Grupo de
356 Trabalho – GT dos comitês, e que foi apresentado pelo Bruno, o consumo da indústria na RMF
357 que gira em torno de 1,2 m³/s. O Sr. João Lúcio, informou que Orós está voltado somente para
358 atendimento das cidades do Vale do Jaguaribe. Em relação ao Icó, destacou que o município tem
359 garantia de atendimento humano e animal, porém o SAAE Icó tem problemas e está vendo como
360 melhorar a eficiência no tratamento e na sua rede de distribuição. Destacou que a Cogerh
361 realizou um investimento de cerca de um milhão de reais, com recursos da tarifa de encargo
362 emergencial, para instalação do segundo bombeamento do Orós para o Lima Campos.
363 Finalizando disse que o detalhamento do cadastro de irrigantes do Jaguaribe e o detalhamento do
364 consumo na RMF foi apresentado, seguindo solicitação do GT dos comitês. O Sr. Bruno
365 Rebouças, reiterou que foi apresentado que o consumo da indústria na RMF é em torno de 1,2
366 m³/s, e o abastecimento urbano de 8,3 m³/s. Informou ainda que nas reuniões do GT foi
367 solicitado a vazão de 800 L/s para o Lima Campos, e foi apresentado que a vazão máxima que
368 seria possível liberar do Orós era 2,5 m³/s, e para garantir o abastecimento de Jaguaretama com
369 as premissas sugeridas seria necessário no mínimo 2,0 m³/s para o rio, porém essa divisão pode
370 ser discutida pelos comitês, disse ainda que o abastecimento humano e a dessedentação animal
371 do Lima Campos estavam assegurados. O Sr. Carlos Félix (CSBH Baixo) disse que o governo
372 precisa respeitar as pessoas da região, afirmou que só os perímetros são cobrados e fiscalizados,
373 questionou quando sairá a transposição do São Francisco e a dessalinização das águas do mar
374 para Fortaleza. A Sra. Angerliana (CSBH Baixo) perguntou se foi contabilizado somente as
375 comunidades atendidas por CAGECE, SISAR ou se foram todas. Disse que a vazão de 4,5 m³/s
376 no rio Jaguaribe já não chega água em Sucurujuba, e hoje o distrito de Lagoinha (Quixerê) já
377 passa por dificuldades de abastecimento, perguntou qual o prazo e garantias para as captações
378 das comunidades abaixo de Sucurujuba, pois desde o ano passado foram prometidos poços e não
379 foi executado. O Sr. Luizinho (vereador Quixerê) disse que desde o ano passado foram feitas
380 diversas promessas, que não foram cumpridas, e que o prefeito de Quixerê teve de perfurar poços
381 no leito do rio para abastecer Lagoinha, que tem 10 mil habitantes e já passa por dificuldades,
382 tendo ainda outras comunidades como Cercado do Meio e Tomé que tem adutoras que logo
383 entrarão em operação, daí a preocupação se os 4,5 m³/s garantirão o abastecimento dessas
384 comunidades. O Sr. Alemão (FAPIJA) disse que o perímetro Jaguaribe Apodi está em uma
385 situação difícil, teve a atividade reduzida e hoje só planta 25% de sua área, e questionou o que
386 está sendo feito para racionar água na RMF. O Sr. João Lúcio respondeu que foram perfurados
387 poços na maioria das comunidades da bacia do Orós. Disse ainda que a RMF já teve uma
388 redução de 21% no consumo, pois antes o consumo era 12,5 m³/s e hoje está em 9,5 m³/s.
389 Informou ainda que já foram atendidas algumas comunidades de Jaguaruana com perfuração de
390 poços, e todas as comunidades foram cadastradas e os recursos já estão garantidos para atender
391 todas, após a alocação. O Sr. Hermilson complementou que foram cadastradas as 104
392 comunidades no trecho Castanhão a Itaíçaba, e que foi contactado com a Cáritas de Limoeiro
393 para acompanhar o trabalho, mais por incompatibilidade de agenda não foi possível. O Sr. João
394 (produtor São João do Jaguaribe) disse que ano passado o Castanhão tinha menos água e a
395 distância dos poços era 300 m, afirmou que se ampliar a distância dos poços para 500 m, acabará
396 com a economia de São João, que é voltada a agricultura irrigada. A Sra. Mirian (Santa Tereza –
397 Aracati) disse que as comunidades ao longo do Canal do Trabalhador estão recebendo água
398 podre, foi informado que foi acionado o bombeamento reverso do Eixão para o Canas do
399 Trabalhador, mais a água ainda não chegou e algumas comunidades já sofrem com a falta de
400 água, propôs uma divisão igualitária para abastecimento humano, pois não tem água para

irrigação. O vereador Irmão Dedé (Quixeré), disse que houve mau gerenciamento da água, pois desde 2011 deveria ter sido iniciado a redução no consumo, e que o rio está morto após Sucurujuba e muitas comunidade passam necessidade, propõe a vazão de 5 m³/s para o rio. O Sr. Pedro Miguel (CSBH Baixo) disse que de Aracati a Boqueirão do Cesário não tem água, e que o bombeamento reverso é água morta, defendeu que seja feita uma liberação do Eixão das Águas pelo rio Palhano e bombeamento na EB Itaiçaba para normalizar o Canal do Trabalhador. A Sra. Damiana (CSBH Médio) disse que os comitês não tem poder de decisão, pois o CONERH já definiu a vazão que vai para a RMF, que não passa por racionamento, e que apesar do alerta da FUNCEME estamos mais uma vez discutindo o esvaziamento do Castanhão para enviar água para Fortaleza, e como ficarão as comunidades do Vale. O Sr. Daniel (CSBH Médio) disse que é preciso discutir as compensações para as bacias doadoras, envolvendo a SEAPA – Secretaria de Agricultura e Pesca e Comitês de bacias. Finalizando disse que é necessário que a região receptora desenvolva ações para reduzir o consumo, sem penalizar a bacia doadora. O Sr. João Lúcio respondeu que pode ser agendado uma reunião entre comitês e SEAPA para apresentar os estudos de compensação. Reiterou que na RMF já foi realizado uma redução considerável no consumo, porém temos de ter a consciência que está em discussão o abastecimento de 3,5 milhões de pessoas. Destacou ainda que estão sendo feitas ações para garantir o abastecimento de todas as sedes e distritos do Vale do Jaguaribe. Ressaltou que foi iniciada a operação de liberação para reversão do Canal do Trabalhador, o que apesar de problemas de qualidade, garante o abastecimento de 20 mil pessoas, e que todos os dados e cenários foram discutidos e construídos com a participação dos comitês. Por fim disse que o CONERH já definiu a vazão máxima a ser liberada do Castanhão, bem como a vazão mínima a ser transferida para a RMF, porém os comitês podem propor a rediscussão desses valores perante o Conselho Estadual. Neste momento foi realizado o intervalo para o almoço, que ocorreu das 13:10 à 14:30 h. Após o almoço iniciou-se a discussão de propostas de cenários de alocação. Iniciando pelo açude Banabuiú, o Sr. Hilmar Sérgio, presidente do CBH Banabuiú, disse que ocorreu o consenso em seu comitê de manter apenas o cenário 02, que prevê a vazão de 290 L/s para o açude Banabuiú, e que o comitê discutirá e acompanhará as regras operacionais. Registrou ainda a solicitação para que a COGERH realize o estudo do aluvião na região do PROMOVALE nos municípios de Banabuiú e Morada Nova. Submetida a votação, a proposta foi aprovada por aclamação por unanimidade. **Ficando aprovada a vazão de 290 L/s para operação 2018.2 do açude Banabuiú.** Passou-se então às defesas de cenários para o açude Orós. O Sr. Cícero Dias (CBH Salgado) propôs a redistribuição dos valores a serem liberados pelo Orós, reduzindo de 2,0 para 1,7 m³/s para o rio, aumentando a restrição para irrigação, reduzindo a área irrigada de 2,0 para 1,5 ha, e aumentando para 0,6 m³/s a vazão da transposição Orós/Lima Campos. O Sr. Bruno Rebouças disse que com a transferência de 300 L/s o Lima Campos deverá chegar em 01/02/2019 com 1,6 milhão de m³ e todos tem de ter consciência que com 1,7 m³/s para perenização do rio, a água não chegará no abastecimento da cidade Jaguaretama. O Sr. Menezes (CSBH Médio) disse que temos que garantir o abastecimento de Jaguaretama e propôs uma proposta intermediária com a redução para 1,9 m³/s para o rio e aumentar para 0,4 m³/s para o Lima Campos. O Sr. João Lúcio reiterou que a única proposta técnica com base nas premissas discutidas, que asseguram o abastecimento de Jaguaretama é a que foi apresentada. Após as discussões ficaram três propostas de vazão para o açude Orós: **Proposta I** – Rio: 2,0 m³/s; Montante: 0,065 m³/s; Feiticeiro: 0,135 m³/s; Lima Campos: 0,30 m³/s – Vazão total: 2,50 m³/s; **Proposta II** – Rio: 1,7 m³/s; Montante: 0,065 m³/s; Feiticeiro: 0,135 m³/s; Lima Campos: 0,60 m³/s – Vazão total: 2,50 m³/s; **Proposta III** – Rio: 1,9 m³/s; Montante: 0,065 m³/s; Feiticeiro: 0,135 m³/s; Lima Campos: 0,40 m³/s – Vazão total: 2,50 m³/s. Submetida a votação a Proposta I obteve 06 votos, a Proposta II obteve 41 votos e a Proposta III teve 21 votos. Assim para **operação 2018.2 do açude Orós foi aprovada a vazão de 2,50 m³/s, com a seguinte distribuição: Rio: 1,70 m³/s; Montante: 0,065 m³/s; Feiticeiro: 0,135 m³/s; Lima Campos:**

451 **0,60 m³/s.** Dando continuidade passou-se a discussão de cenários para o açude Castanhão. O Sr.
452 Aridiano disse que os comitês do Baixo e Médio Jaguaribe discutiram e apresentam a proposta
453 de aumentar a liberação do Castanhão para 11,80 m³/s, ampliando a liberação do rio para 5,50
454 m³/s e reduzindo o Eixão para 6,3 m³/s, com a redução na transferência para RMF de 5,0 para 4,0
455 m³/s e ampliando no Vale para 7,8 m³/s, sendo que a vazão dos perímetros seria: FAPIJA = 1,20
456 m³/s; DISTAR = 1,20 m³/s; Mandacarú = 0,2 m³/s, e a vazão jusante de Sucurujuba = 0,5 m³/s. O
457 Sr. Roberto Regadas apresentou um requerimento de 724 ribeirinhos localizados à jusante de
458 Sucurujuba, que solicita a perenização até Itaiçaba e a isonomia no consumo da água após a
459 mesma chegar a Itaiçaba. Ou seja a proposta é garantir a perenização até Itaiçaba sem definir
460 vazão, que seria definida tecnicamente pela COGERH. Solicitou ainda que o presidente do
461 Comitê do Baixo Jaguaribe não defenda somente os interesses próprios. O Sr. Aridiano
462 respondeu que a proposta apresentada por ele foi discutida e aprovada no comitê. O Sr. Gianni
463 Lima (assessor da presidência da COGERH) disse que a proposta apresentada é inviável de ser
464 operacionalizada sem definir uma vazão. Disse ainda que o importante é garantir o
465 abastecimento das comunidades, que conforme foi mostrado já estão previstas ações para as
466 mesmas. O Sr. Wilde (CSBH Baixo), reformulou a proposta apresentada pelo Sr. Roberto,
467 acrescentando a vazão do Castanhão para 13,0 m³/s, sendo Eixão: 6,3 m³/s e rio: 6,7 m³/s, com a
468 vazão de 1,2 m³/s para jusante de Sucurujuba. Ao final das discussões foram apresentadas três
469 propostas de vazão para o açude Castanhão: **Proposta I** – Vazão: 11,70 m³/s; Eixão: 7,2 m³/s;
470 Rio: 4,5 m³/s; Fapija: 1,2 m³/s; Distar: 1,1 m³/s; Mandacaru: 0,20 m³/s; Jusante Sucurujuba: ?
471 m³/s; Transferência RMF: 5,0 m³/s e Vale: 6,7 m³/s. **Proposta II** – Vazão: 11,80 m³/s; Eixão: 6,3
472 m³/s; Rio: 5,5 m³/s; Fapija: 1,2 m³/s; Distar: 1,2 m³/s; Mandacaru: 0,20 m³/s; Jusante Sucurujuba:
473 0,5 m³/s; Transferência RMF: 4,0 m³/s e Vale: 7,8 m³/s. **Proposta III** – Vazão: 13,00 m³/s;
474 Eixão: 6,3 m³/s; Rio: 6,7 m³/s; Fapija: 1,2 m³/s; Distar: 1,2 m³/s; Mandacaru: 0,20 m³/s; Jusante
475 Sucurujuba: 1,2 m³/s; Transferência RMF: 4,0 m³/s e Vale: 9 m³/s. Submetida a votação, a
476 Proposta I obteve 06 votos, a Proposta II obteve 41 votos e a Proposta III teve 22 votos. Assim
477 os **Comitês de bacias do Vale do Jaguaribe e Banabuiú aprovaram a vazão de operação**
478 **2018.2 do açude Castanhão a Vazão de 11,80 m³/s, sendo Eixão: 6,3 m³/s; Rio: 5,5 m³/s;**
479 **Fapija: 1,2 m³/s; Distar: 1,2 m³/s; Mandacaru: 0,20 m³/s; Jusante Sucurujuba: 0,5 m³/s;**
480 **Transferência RMF: 4,0 m³/s e Vale: 7,8 m³/s.** O Sr. João Lúcio reiterou que a proposta com
481 embasamento técnico que foi discutida e construída pelo GT, que inclusive foi aprovado pelo
482 CONERH é a proposta I. O Sr. Carlos Campelo disse que a COGERH, enquanto Secretaria-
483 Executiva subsidia os comitês com informações técnicas, em que se cumprindo as premissas
484 sugeridas, seria possível assegurar os cenários propostos, o que foi quebrado com as votações
485 realizadas. Dessa forma, a partir dessas modificações não se tem garantia do que será possível
486 assegurar. Finalizada a votação partiu-se para a discussão das premissas, onde a maior discussão
487 se deu em relação a reduzir a área irrigada sem restrições de 3 para 2 ha, submetida a votação por
488 aclamação ficou aprovada por 37 votos a redução da área irrigada para 2 ha. Outro ponto
489 bastante discutido foi a faixa de restrição para os poços. O Sr. Cláudio (CSBH Banabuiú) propôs
490 uma questão de ordem que não havia mais o quórum mínimo de 48 membros de comitês para
491 aprovação de premissas. O Sr. Aridiano e Sr. Leandro responderam que durante as reuniões do
492 GT não foi discutido quórum para premissas. O Sr. Chico Marques (produtor de São João do
493 Jaguaribe), disse que foram feitos os investimentos em construção de poços e rede de energia na
494 faixa de 300 m, conforme ficou acertado para o trecho de Bom Jesus a São João do Jaguaribe no
495 ano passado, dessa forma o produtor não pode ser novamente penalizado, pois neste trecho
496 acima de 500 m os poços não são viáveis. O Sr. Guilherme Filgueira (geólogo da Cogeh) disse
497 que os poços até 300 m, tem influência direta no fluxo do rio, e que observou-se que após o fim
498 da colheita do arroz na região de São João do Jaguaribe, foi possível perenizar após Sucurujuba.
499 Por fim recomendou tecnicamente a ampliação da faixa de restrição para 500 m, como forma de
500 facilitar o fluxo da água no rio. Após vários questionamentos e discussões chegou-se a uma

501 proposta de concessão de manter a faixa de restrição para 500 m, com exceção dos produtores que
502 já realizaram o investimento no ano passado na faixa acima de 300 m. Ao final foram
503 compiladas as seguintes **premissas para operação 2018.2 do açude Castanhão: PREMISSAS:**
504 Com água de perenização e em poços perfurados até 500m de distância da barreira do Rio
505 Jaguaribe NÃO SERÃO PERMITIDOS: 1. Métodos de irrigação por superfície (inundação,
506 faixa, sulcos) independente de cultura e área; 2. Atividades de aquicultura (Camarão, peixe, etc);
507 3. Rizicultura; 4. Irrigação de culturas temporárias de áreas acima de 02 hectares, independente
508 do sistema de irrigação. Com exceção dos produtores que realizaram investimento em 2017 em
509 poços na faixa entre 300 e 500 m. **OUTRAS RESTRIÇÕES:** Cultivo de camarão e arroz, com
510 captações em poços de 501 a 1000 metros de barreira do Rio Jaguaribe só será permitido um
511 ciclo da área atual que esteja em operação verificada pela equipe de fiscalização da
512 COGERH/SRH. Não Terão **RESTRIÇÕES** captações em poços acima de 1000 metros de
513 distância da barreira do Rio Jaguaribe, desde que, a captação não comprometa alguma outra
514 captação existente para abastecimento humano. Caso comprometa, passará também por
515 restrições. **CONDICIONANTES:** 1. Garantir a Infraestrutura Hídrica e o abastecimento humano
516 das comunidades, distritos e sedes ao longo do Rio. Até o final do semestre 2018.2 ou antes da
517 próxima definição de Alocação ou antes que alguma comunidade esteja recebendo água com
518 frequência irregular; 2. Os poços ao longo do trecho não perenizado, que não interfiram no
519 abastecimento humano das comunidades, serão permitidos; 3. Que a fiscalização dos usuários
520 seja realizada por trechos (seguindo as campanhas de averiguação de medição da COGERH); 4.
521 Que após a barragem de Sucurubá seja garantida uma vazão mínima de 500 L/s. Desta forma
522 no Seminário foi aprovado pelos cinco comitês que compõem os Vales do Jaguaribe e Banabuiú,
523 as **Vazões para operação 2018.2 dos açudes Banabuiú = 290 L/s; açude Orós = 2,50 m³/s,**
524 **sendo: Rio: 1,70 m³/s, Montante: 0,065 m³/s, Feiticeiro: 0,135 m³/s, Lima Campos: 0,60**
525 **m³/s; açude Castanhão = 11,80 m³/s, sendo Eixão: 6,3 m³/s, Rio: 5,5 m³/s, Fapija: 1,2 m³/s,**
526 **Distar: 1,2 m³/s, Mandacaru: 0,20 m³/s, Jusante Sucurubá: 0,5 m³/s, Transferência RMF:**
527 **4,0 m³/s e Vale: 7,8 m³/s.** Nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Aridiano Belk de Oliveira,
528 presidente do CSBH Baixo Jaguaribe, declarou encerrado o seminário, e eu Cleilson Pinto de
529 Almeida, analista em gestão de recursos hídricos do Núcleo de Gestão da Gerência das Bacias do
530 Baixo e Médio Jaguaribe/Limoeiro do Norte, lavrei a presente ata.